



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

"CASA JOÃO DE SOUZA PEREIRA"

Rua Bom Jesus, 145, Centro - CEP 12.120-029 Tremembé / SP - Telefone: (12) 3672-3156 / CNPJ: 51.639.394/0001-20



## RESOLUÇÃO Nº 218

"Cria a Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, define sua estrutura e competências, e dá outras providências."

**A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:**

### CAPÍTULO I DA NATUREZA E FINALIDADE

**Art. 1º** - A Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé (PJCMT) é órgão permanente e essencial à função legislativa, com autonomia técnica no exercício de suas atribuições, nos termos desta Resolução.

**Art. 2º** - A PJCMT tem por finalidade:

- I - exercer a representação judicial e extrajudicial da Câmara Municipal;
  - II - prestar consultoria e assessoramento jurídico à Mesa Diretora, às Comissões Permanentes e Temporárias e aos Vereadores;
  - III - realizar o controle interno da legalidade dos atos administrativos da Câmara Municipal;
  - IV - promover a uniformização da jurisprudência administrativa no âmbito da Câmara Municipal;
  - V - desempenhar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.
- a) elaborar projetos de lei, decretos, resoluções e outros atos normativos;
  - b) analisar e emitir pareceres sobre projetos de lei de iniciativa de outros órgãos ou entidades;
  - c) acompanhar e orientar os processos licitatórios e contratações da Câmara Municipal;
  - d) representar a Câmara Municipal em negociações e acordos;
  - e) defender os interesses da Câmara Municipal em processos judiciais e administrativos.

### CAPÍTULO II DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

*Org*  
*pl*





# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

"CASA JOÃO DE SOUZA PEREIRA"

Rua Bom Jesus, 145, Centro - CEP 12.120-029 Tremembé / SP - Telefone: (12) 3672-3156 / CNPJ: 54.639.394/0004-20



**Art. 3º** - A PJCMT tem a seguinte estrutura:

I - Procurador-Chefe;

II - Procuradores Jurídicos;

III - Oficiais Legislativos - Direito;

IV - Setor de Licitações e Compras.

**Parágrafo Único:** O Setor de Licitações e Compras, embora administrativamente subordinado à estrutura geral da Câmara, deverá observar as orientações técnicas e jurídicas da PJCMT para garantir a legalidade e regularidade dos procedimentos licitatórios.

**Art. 4º** - O cargo de Procurador-chefe será ocupado por um Procurador Jurídico de Carreira da Câmara Municipal, indicado pelo Presidente da Câmara, mediante portaria.

## CAPÍTULO III DAS ATRIBUIÇÕES

**Art. 5º** - Ao Procurador-Chefe compete:

I - dirigir, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades da PJCMT;

II - representar a PJCMT perante órgãos e entidades públicas e privadas;

III - emitir pareceres, informações e notas técnicas em processos administrativos e legislativos;

IV - assessorar o Presidente da Câmara em questões jurídicas;

V - propor medidas para aprimorar a atuação da PJCMT, inclusive a edição de atos normativos internos;

VI - exercer outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Presidente da Câmara, dentro de sua área de atuação.

**Parágrafo único** — O Procurador-Chefe é exclusivamente legitimado para o exercício da advocacia vinculada à função que exerçam, durante o período da investidura.

**Art. 6º** - Aos Procuradores Jurídicos compete:

I - elaborar pareceres, informações e notas técnicas em processos administrativos e legislativos;

II - representar a Câmara Municipal em juízo ou fora dele, quando designado pelo Procurador-Chefe;

III - prestar assessoramento jurídico aos Vereadores e Comissões Permanentes e Temporárias;

IV - realizar estudos e pesquisas sobre temas jurídicos relevantes para a atividade legislativa;

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*





# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

*"CASA JOÃO DE SOUZA PEREIRA"*

Rua Bom Jesus, 145, Centro - CEP 12.420-029 Tremembé / SP - Telefone: (12) 3672-3156 / CNPJ: 54.639.394/0004-20



V - exercer outras atribuições que lhes forem delegadas pelo Procurador Chefe.

**Art. 7º** - Aos Oficiais Legislativos - Direito compete:

- I - auxiliar os Procuradores Jurídicos na elaboração de documentos e pesquisas;
- II - realizar o acompanhamento processual de ações judiciais e administrativas;
- III - organizar e manter atualizado o acervo bibliográfico e documental da PJCMT;
- IV - exercer outras atribuições que lhes forem delegadas pelo Procurador Chefe;
- V - desempenhar as demais atribuições definidas em lei.

**Art. 8º** - Ao Setor de Licitações e Compras compete:

- I - planejar, coordenar e executar os procedimentos licitatórios da Câmara Municipal, em conformidade com a legislação vigente e as orientações da PJCMT;
- II - elaborar os editais de licitação e demais documentos necessários aos processos de compra e contratação de serviços;
- III - analisar a documentação apresentada pelos licitantes, emitindo os respectivos pareceres;
- IV - exercer outras atribuições, que lhe forem conferidas por lei ou regulamento;
- V - desempenhar as demais atribuições definidas em lei.

## CAPÍTULO V DA JORNADA DE TRABALHO

**Art. 9º** - A jornada de trabalho dos membros da PJCMT será definida por lei, considerando as peculiaridades das funções exercidas.

## CAPÍTULO VI DOS DIREITOS, DEVERES E RESPONSABILIDADES

**Art. 10** - Além dos direitos, deveres e responsabilidades previstas na legislação municipal, aplicam-se aos Procuradores Jurídicos as disposições da Lei Federal nº 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB) e do Código de Ética e Disciplina da OAB.

**Art. 11** - É vedado aos membros da PJCMT o exercício da advocacia contra a Fazenda Pública Municipal, salvo em causa própria ou em defesa dos interesses de seus familiares, observadas as restrições legais.

## CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

*[Handwritten signatures and initials]*





# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

"CASA JOÃO DE SOUZA PEREIRA"

Rua Bom Jesus, 145, Centro - CEP 12.120-029 Tremembé / SP - Telefone: (12) 3672-3456 / CNPJ: 54.639.394/0001-20



**Art. 12** - Os demais órgãos e setores da Câmara Municipal deverão prestar à PJCMT, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, as informações e documentos necessários ao desempenho de suas funções, sob pena de responsabilização administrativa do agente público responsável pela omissão.

**Art. 13** - Os pedidos de parecer, informação ou orientação jurídica deverão ser formulados por escrito e dirigidos ao Procurador-Chefe, que definirá a forma de atendimento, observada a ordem cronológica de recebimento, salvo nos casos de urgência ou prioridade legal.

**Art. 14** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, AOS 25 DE NOVEMBRO DE 2025.**

  
**PAULO ROBERTO DOS SANTOS JUNIOR**

Presidente

  
**DIOGO NARESSI DOS SANTOS**

1º Secretário

Publicada e registrada na Secretaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 25 de Novembro de 2025.

  
**ADRIANO ARLEI DE CARVALHO**

Chefe de Serviços Administrativos